

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Ciência da Informação (CIN)
Florianópolis - Santa Catarina

Eliana Maria dos Santos Bahia

Professora do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis - Santa Catarina

RESUMO: Aborda as características arquitetônicas de edifícios de arquivo, o espaço e condições estruturais como fatores elementares na preservação documental. Visa o acesso e disponibilização de informações de valor cultural, histórico e socioeconômico, necessitando avaliar às condições e à segurança da estrutura que abarca o acervo e seu entorno: os edifícios de arquivo. Identifica diretrizes, que apontam para as características envolvidas na construção de edifícios de arquivo, de acordo com a abrangência da literatura e recomendações impostas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Analisa por meio do método de observação, o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, apontando se o mesmo encontra-se em conformidade ou não com o apresentado no referencial teórico. Enfoca

a aplicação dos requisitos do CONARQ para a criação, implantação e operacionalização de Arquivos Públicos Municipais dispostos na Cartilha “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”. Destaca as práticas arquivísticas com o diálogo multidisciplinar entre arquivistas, arquitetos e engenheiros no desenvolvimento do plano e projeto da construção específica para edifícios de arquivo. Conclui que o espaço e estrutura de um edifício de arquivo constituem fatores influentes na preservação documental.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos - Características arquitetônicas; Preservação de Arquivos; Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

ABSTRACT: This work deals with the architectural characteristics of the buildings that house archives, their spaces and structural conditions, as well as the elementary factors in document preservation. The research aims to access and make available information of cultural, historical and socioeconomic value, in addition to evaluating the conditions and security of the structure that encompasses the collection and its surroundings. The work also identifies the guidelines that point to the characteristics involved in the construction of archive buildings, according to the comprehensiveness of the literature and the recommendations imposed by

the National Council of Archives (CONARQ). In addition, it analyzes, through the method of observation, the Historical Archive of the Municipality of Florianópolis, indicating whether it is in conformity, or not, with the one presented in the theoretical reference. It focuses on the application of CONARQ requirements for the creation, implementation and operation of Municipal Public Archives in the “Creation and Development of Municipal Public Archives: Transparency and access to information for the exercise of citizenship”. It highlights the archival practices, especially with the multidisciplinary dialogue between archivists, architects and engineers, for the development of the plan and project of the specific construction for archive buildings. It concludes that the spaces and the structure of a file building are influential factors in documentary preservation.

KEYWORDS: Archives - Architectural features; Preservation of Archives; Historical Archive of the Municipality of Florianópolis.

1 | INTRODUÇÃO

Com a finalidade do acesso e disponibilização de informações de valor cultural, histórico e socioeconômico, torna-se necessário preservar os documentos, considerar às condições e à segurança da estrutura que abarca o acervo e seu entorno: os edifícios de arquivo.

O edifício de arquivo é considerado uma espécie de invólucro entre os meios, intrínseco e extrínseco, constituindo-se como barreira capaz de impedir os fatores de deterioração.

Segundo Chagas e Bahia (2010, p. 76), “uma edificação segura e bem planejada é o passo inicial para a preservação de uma coleção”.

A segurança de acervo, sua ancoragem na conservação e preservação documental expressam, ao mesmo tempo, determinados períodos dos arquivos na Grande Florianópolis que estão em prédios adaptados para suas sedes, e necessidade de “proteção” do acervo sob suas custódias.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011 aponta o dever do Poder Público em preservar a memória e o acesso, instituído pela Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Torna-se oportuno discutir o tema da pesquisa, haja vista que é necessário preservar os registros, para a garantia do acesso.

Destacam-se as práticas arquivísticas com o diálogo multidisciplinar entre arquivistas, arquitetos e engenheiros no desenvolvimento do plano e projeto da construção específica para edifícios de arquivo.

Diante do exposto, a investigação aborda aspectos arquitetônicos de edifícios de arquivos como fatores fundamentais para a preservação documental.

Tem-se como objetivo geral: Apontar mediante diretrizes a influência da arquitetura de edifício de arquivo na salvaguarda do acervo.

Os objetivos específicos indicam os aspectos arquitetônicos dos espaços

destinados à guarda de acervos documentais, segurança, espaço físico e entorno urbano mediante análise do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. A pesquisa tem o intuito de contribuir para a segurança do patrimônio documental e cultural brasileiro e assegurar o acesso às informações.

2 | PARÂMETROS E DIRETRIZES ENVOLTOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ARQUIVO

Os edifícios construídos para abrigar documentos de arquivos constituem espaços de construção e convívio social, fonte de cultura, história e saber, traduzindo-se como lugares de memórias registradas.

A construção da memória perpassa pela existência de provas materiais que são os registros documentais, testemunhos e produção de conhecimento, ligando-se, sobremaneira, com o acesso às informações (NORA, 1993).

Ao delinear os parâmetros, diretrizes e aspectos que necessitam uma edificação para abrigar acervos é preciso expor o conceito de “arquitetura” e “edifício de arquivo” para se estabelecer marco teórico inicial.

Do ponto de vista arquitetônico, a concepção geral de edifício de arquivo, segundo Cruz Mundet (1994, p. 337, tradução nossa), é dada como “o conjunto de edifícios que se encontram agrupados nos depósitos e nos locais de trabalho, com os anexos necessários”. A distribuição dos espaços e das dependências do arquivo é a base para que o edifício cumpra apropriadamente com a sua função.

Segundo Farrely (2014, p. 6) o termo arquitetura configura-se como “a arte ou prática de projetar e construir edificações”, ou ainda, “o estilo no qual uma edificação é projetada e construída”. Projetar, analisar, planejar, elaborar e construir uma edificação de acordo com suas funcionalidades e peculiaridades é o que caracteriza, portanto, a arquitetura.

Cruz Mundet (1994, p. 340) ressalta que em edificação planejada para abrigar documentos de arquivo:

As características arquitetônicas [...] variam com a função própria de cada uma de suas dependências, assim como a dos depósitos e a segurança na custódia dos documentos, dos locais de trabalho e da sala de consulta, e da segurança e bem-estar humanos, o qual comporta uma série de requisitos específicos em cada caso (CRUZ MUNDET, 1994, tradução nossa).

A distribuição das dependências do edifício de arquivo que possibilitam o armazenamento da documentação, do trabalho técnico é subdividida segundo o CONARQ (2000), em três áreas específicas, “a área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, totalmente vedada ao público; a área administrativa, parcialmente vedada ao público e; a área pública”.

A disposição dos espaços orientará o projeto arquitetônico para edifícios de arquivos, à sua ordenação de acordo com seus usos e funções, levando em conta a organização dos acessos e circulação do interior do edifício (COLLADO LÓPEZ, 2015).

O planejamento do edifício de arquivo requer a definição de parâmetros que deverão direcionar o projeto arquitetônico. Uma das primeiras etapas é a demarcação do local propício e adequado para a guarda e preservação dos acervos.

Conforme especificações do CONARQ (2000), “o terreno destinado à construção do edifício para arquivo deve ser seco, livre de risco de inundação, deslizamentos e infestações de térmitas”. Recomenda-se evitar áreas sujeitas à inundação, próximas a indústrias liberadoras de poluentes, usinas elétricas ou químicas, aos locais com materiais inflamáveis, explosivos, ou com linhas de alta voltagem, a regiões de ventos fortes e salinos, ou a áreas propensas ao tráfego aéreo ou terrestre, sujeitos à poluição, ruídos, oscilações e tremores. (CONARQ, 2000).

É necessário, analisar o solo, verificando os desníveis do terreno, o comportamento do solo e as marcações sob o qual se delineará a planta local. Nas edificações existentes é preciso avaliar se o prédio se encontra em área propícia para evitar riscos à segurança do acervo.

Ressalta Cruz Mundet (1994, p. 339, tradução nossa) que “[...] a solução para alojar serviços arquivísticos são os edifícios especificamente construídos para arquivo segundo normas modernas.”

Segundo Trinkley (2001), a estrutura do edifício fundamenta-se como caráter para a preservação dos acervos existentes na unidade de informação. O edifício é o primeiro revestimento de proteção contra os danos causados pelos fatores de degradação do ambiente.

A estrutura do edifício consiste da fundação, pisos, paredes, portas, janelas e telhado. Este ‘envelope’ é a barreira entre o ambiente interno controlado e o ambiente externo severo e flutuante, Ele é também um filtro, permitindo que quantidades controladas de luz, calor e outros elementos penetrem em seu interior. Se adequadamente projetado e construído, o edifício reduzirá os custos de energia. (TRINKLEY, 2001, p. 23).

O sistema estrutural do prédio configura-se o passo inicial para delinear a construção. De acordo com as especificações do CONARQ (2000):

Existem dois sistemas para estrutura de depósitos, a armação de metal autoportante ou a estrutura em concreto. A primeira sustenta as estantes e os pisos intermediários. No segundo caso, as colunas e os pisos são construídos em concreto, formando a própria estrutura do prédio.

A estrutura do edifício necessita de pontos de apoio em relação ao solo para sustentação das colunas que irão suportar o peso da edificação.

Farrely (2014, p. 74), ressalta que a sustentação ocorre por meio de fundações,

que possuem função de amparo às cargas da edificação em relação ao solo.

As fundações tem a função de sustentar a estrutura independente ou as paredes da edificação, devendo ser resistentes o bastante para responder às condições do solo ao redor da construção, bem como a todos os movimentos previstos. A movimentação do solo é afetada por condições locais, como a geologia do terreno, e, especialmente, a quantidade de água no solo. (FARRELY, 2014, p. 74).

A análise das condições do terreno para que o solo não deforme com o peso do edifício, deverá ser feita por topógrafos especialistas e engenheiros de estrutura, para descrever as condições do solo, prevendo as necessidades específicas do arquivo.

As fundações necessitam ser projetadas, conforme CONARQ (2000), a evitar infiltrações, devido à transferência de umidade do solo, por capilaridade. O aço, o tijolo e a pedra são materiais apropriados.

Outros elementos estruturais a serem considerados no planejamento da construção do edifício para arquivos são a elevação das paredes, portas e janelas, aplicação da cobertura do prédio e revestimento interno do espaço.

As paredes externas, de acordo como CONARQ (2000), são elementos isolantes de umidade e calor. Precisam ser de espessura maior para retardar a passagem do calor. As paredes mais espessas ou duplas revestidas com materiais incombustíveis podem oferecer maior segurança e prevenção contra incêndios, pela desaceleração do calor.

As janelas devem possuir boa vedação, mas permitir a sua abertura para ventilação natural quando necessário. Onde há climatização, elas devem permitir uma boa aeração e ao mesmo tempo serem dotadas de proteção contra a entrada de insetos e radiações solares (CONARQ, 2000).

As proteções de telas e persianas, nas janelas, servem para vedar a entrada dos agentes de degradação biológicos, entrada de luz e calor, retardando o processo de degradação do acervo.

Em relação às recomendações propostas para as portas de edificação de arquivos, o CONARQ (2000), indica que:

As portas das oficinas e laboratórios devem ter 1,40m de largura para permitir a entrada e transferência de grandes equipamentos. Já as portas corta-fogo devem atender às normas vigentes, com proteção retardadora de calor de pelo menos uma hora.

Na cobertura do edifício do arquivo, no caso de lajes, recomenda-se que sejam procedidos “tratamentos de impermeabilização e isolamento térmico”, com a finalidade de prevenção às condições climáticas externas, utilizando-se de revestimentos com materiais termo isolantes e à prova de fogo para assegurar a proteção do acervo (CONARQ, 2000).

As áreas de cobertura do edifício para arquivos constituem-se como isolantes térmicos quando tratadas devidamente e evitam vazamentos quando impermeabilizadas.

Quanto aos revestimentos internos, têm-se as seguintes especificações, de acordo com o CONARQ (2000):

Os revestimentos internos devem ser de cores claras por sua capacidade de proporcionar isolamento contra calor e umidade, bem como facilitar a limpeza e conservação. Devem também ser isentos de formaldeídos e outros químicos poluentes em sua composição, e apresentar resistência contra fogo. [...] No caso de pisos recomenda-se revestimentos laváveis, do tipo industrial ou cerâmico, como forma de prevenir o acúmulo de poeira.

Os materiais utilizados para revestimentos internos proporcionarão resistência ao calor e a umidade, protegendo o acervo contra possíveis intempéries climáticas.

Quanto às instalações prediais direcionadas ao sistema construtivo de edifícios de arquivos, necessitam atenção e cuidado no desenvolvimento do projeto. As instalações elétricas e hidráulico-sanitárias precisam estar de acordo com a normatização técnica vigente e periodicidade na manutenção, a fim de evitar possíveis riscos de incêndios ou inundação.

Em relação às normas técnicas, podemos citar a NBR 5410 que fixa o funcionamento adequado das instalações elétricas e conservação dos bens; NBR 5626, aplicável às instalações prediais de água fria e a NBR 8160, responsável pelas recomendações relativas ao projeto e execução dos sistemas prediais de esgoto sanitário.

De acordo com as recomendações do CONARQ (2000):

[...] a chave geral de energia deve ser localizada de forma a permitir sua fácil visualização e o acesso dos funcionários em casos emergenciais, além de ser dotada de painel de controle geral e com luzes de emergência em todas as instalações.

Salienta-se que a chave geral de energia funcionará como elemento de segurança em relação ao prédio, eliminando o risco do contato dos funcionários com os cabos e circuitos elétricos em casos de emergência, além da proteção em casos de sobrecarga de energia.

Em relação às instalações hidráulico-sanitárias, o CONARQ (2000) ressalta a sinalização das válvulas para fechamento de água, destacando “inclusive indicar as direções “abre” e “fecha” dos registros”, e salienta que “nenhuma tubulação de água pode percorrer o interior dos depósitos, com exceção daquelas destinadas aos aspersores automáticos para a extinção de fogo”.

O gerenciamento do sistema de distribuição da tubulação de água e esgoto sanitário necessita ser planejado com cautela, e direcionado a locais estratégicos que não percorram sob o acervo documental, evitando o estabelecimento de riscos de inundação por vazamentos e implicação de danos aos documentos.

O arquivo necessita dispor de equipe de segurança capacitada, sistemas de alarme que evitem possíveis depredações do patrimônio e da elaboração de critérios de manuseamento e pesquisa, distribuição separada de salas de consulta, exposição e circulação dos depósitos de documentos, são indispensáveis para a segurança do acervo.

As estratégias direcionadas à proteção contra fogo e água nos acervos, segundo o CONARQ (2000), precisam iniciar no projeto arquitetônico. O fogo e a água podem causar danos irreversíveis nos suportes documentais e gerar perda total dos registros documentais. É necessário, cuidado especial no desenvolvimento do projeto do edifício e na adoção de planos emergenciais para o resgate do acervo.

Os sistemas de detecção de fogo no interior do edifício do arquivo e a adoção de extintores para casos de desastres são necessários para impedir a propagação das chamas e destruição total do acervo.

Todo o prédio deve contar com um sistema de detecção automática, ligado ao quadro de alarme, de acordo com os padrões vigentes. Os detectores mais adequados são os de fumaça, dos tipos ionização e fotoelétrico. (CONARQ, 2000).

Em relação às condições ambientais, variáveis climáticas de temperatura, umidade e iluminação indicam a necessidade de adequação de seus níveis. De acordo com o CONARQ (2000) “as condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar são elementos vitais para prolongar a sobrevivência dos registros”.

A adoção de medidas que retardem a proliferação dos agentes de deterioração é importante para a manutenção dos acervos.

O sistema de climatização deve ser independente para as áreas de depósitos, pois devem atender às necessidades de preservação dos documentos ali armazenados e manter condições estáveis, exigindo que os equipamentos funcionem sem interrupção. (CONARQ, 2000).

Os sistemas de ar condicionado necessitam proteger os documentos do acervo, com desempenho ininterrupto nas salas de acondicionamento, mantendo os níveis de temperatura e umidade constantes e estáveis para preservação do fundo documental.

O planejamento, na fase do projeto do edifício do arquivo em relação ao estudo do entorno urbano, solo e localização, auxilia nos fluxos e faixas adequadas de temperatura, umidade relativa do ar no interior da edificação.

Para que o acervo se mantenha em constantes condições interiores, a utilização de equipamentos auxiliares é capaz de colaborar com a medição das faixas de temperatura, umidade promovendo o controle do ambiente. Higrômetros, termo higrômetros e desumidificadores poderão auxiliar no processo.

Quanto à iluminação, o CONARQ (2000) aponta que menor a exposição dos documentos à radiação solar, ou iluminação artificial prolongada menor será os danos

físico-químicos causados nas fibras do papel, responsáveis pela sua degradação.

No que tange à escolha do mobiliário para acondicionamento dos documentos, o CONARQ (2000) recomenda:

[...] deve ser de aço ou de madeira tratada contra insetos e fogo. Todo o mobiliário metálico deve ser fabricado com chapas de aço carbono fosfatizado, com pintura eletrostática, sem apresentar remendos grosseiros ou cantos pontiagudos que possam danificar os documentos ou ferir pessoas.

A escolha das peças do mobiliário apropriadas que auxiliam na prevenção contra agentes de degradação implicará na salvaguarda e preservação do acervo. Necessita pautar-se na economia de espaço, forma de preservação, funcionalidade e durabilidade dos materiais.

O projeto arquitetônico direcionado ao edifício de arquivo necessita planejamento e elaboração por meio da interação entre arquitetos, arquivistas e engenheiros, considerando as características apresentadas com vistas a atender às necessidades de preservação do acervo.

3 | ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – AHMF foi instituído pela Lei Municipal nº 4.491, de 14 de setembro de 1994, na administração do Prefeito de Florianópolis Sérgio José Grando (1993-1996), inaugurado em 19 de dezembro de 1995.

Segundo o Artigo 5º da Lei nº 4.491/1994, que criou o AHMF, este tem por finalidade:

[...] receber por transferência, localizar, recolher, registrar, organizar, classificar, arranjar, recuperar, conservar, preservar e divulgar os documentos produzidos ou acumulados por Instituições Públicas Municipais em decorrência de suas funções específicas; e ainda receber por doações documentos de entidades ou pessoas físicas particulares, cuja importância do teor histórico contribua para o resgate da História do Município.

O AHMF tem competência, na respectiva esfera municipal, para atuar conforme delibera a legislação nacional sobre arquivos (Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991).

Na administração da Prefeita Ângela Amin (1997-2005) ocorreu reinauguração das instalações no prédio sediado na Rua Praça XV de Novembro em 2004.

Em 2006, em atendimento à Lei nº 7.020, de 17 de abril de 2006, sancionada pelo Prefeito Dário Berger (2005-2012), o AHMF passa a ser denominado “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”, indicado em homenagem ao Professor Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, médico; professor universitário; político e pesquisador da História de Santa Catarina.

3.1 Espaço Físico e Edifício

O edifício do AHMF se encontra situado na Circunscrição 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, confronta-se ao norte, posicionado de frente com a Rua Praça XV de Novembro, a oeste com o Calçadão João Pinto e a leste, de esquina com a Rua Tiradentes.

Na administração do Prefeito Sérgio José Grando (1993-1996), estabeleceu-se que as instalações do AHMF seriam acomodadas em edifício específico visando à segurança e preservação dos documentos.

Oportuno registrar o disposto nos artigos primeiro e segundo da Lei 4.491/1994.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei – **Art.1º** - Fica criado o “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, vinculado à Secretaria Municipal de Administração”.

Nos termos do **Art. 2º**, registra-se:

O “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis”- funcionará na área central da cidade, em prédio específico, com adequadas condições de segurança para armazenar os documentos públicos municipais que constituem o patrimônio documental dos florianopolitanos.

Constata-se que a instalação do Arquivo sempre foi em prédios alugados e/ou adaptados para o seu funcionamento. Ainda não funcionou, conforme aponta a Lei, em prédio específico projetado para o arquivo municipal.

É oportuno registrar, portanto, a análise das estruturas do referido AHMF visando à sensibilização e conscientização da necessidade da aderência de políticas públicas voltadas ao planejamento para a construção de espaço específico para arquivo.

4 | METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, com abordagem qualitativa, instrumentalizada em técnicas de observação. Confronta com a realidade existente em Santa Catarina de prédios adaptados para arquivos, em esferas nacional, estadual e municipal, como hábito cultural no Brasil. Como exemplo tem-se as seguintes situações reais: o Arquivo Nacional, adaptado no antigo prédio da Casa da Moeda e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, sede do antigo prédio da Imprensa Oficial do Estado de SC.

O estudo possui caráter exploratório e descritivo, pois pretendeu o entendimento profundo acerca do problema da pesquisa, com base na identificação e descrição das características arquitetônicas para edifícios de arquivos.

Para Rampazzo (2013) na pesquisa bibliográfica são utilizados instrumentos

publicados como fonte de consulta, são revistas, dicionários especializados, catálogos editoriais e atitudes do pesquisador conforme diretrizes para leitura e análise de textos. Rampazzo (2013) também refina o conceito da abordagem qualitativa definindo-a como uma compreensão particular daquilo que se estuda, almejando a absorção dos fenômenos estudados.

A pesquisa foi instrumentalizada na tese doutoral de Maria Luisa Collado López, *La Construcción de edificios para archivos. Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos*, em 2015.

Foram explicitados em quadros os itens observados, que demonstram as características arquitetônicas do edifício do AHMF em conformidade ou não com a literatura abordada.

Subdividiram-se os itens analisados em cinco categorias, explicitando:

- a) Os fatores de riscos e;
- b) As características físicas e estruturais de edifícios de arquivo.

5 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Relata-se o diagnóstico geral do Edifício do AHMF, objetivando oferecer um panorama a respeito da situação encontrada com as normas que determinam as diretrizes para a construção de Arquivos.

Os quadros especificados abaixo relacionam as variáveis de análise adotadas no referencial teórico da pesquisa.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Terreno seco, livre de riscos de deslizamentos, desmoronamentos e infestações de térmitas	X	
Área livre de riscos de vendavais		X
Terreno isento a proximidades do mar		X
Terreno isento a proximidades de indústrias liberadoras de poluentes, usinas químicas, elétricas, inflamáveis ou explosivas		X
Áreas desoneradas de ruídos, oscilações ou tremores, tráfego intenso aéreo ou terrestre		X
Área propícia a ampliação do edifício		X
Área próxima à vegetação arbórea	X	
Localização de fácil acesso ao público	X	
Localização de fácil acesso a caminhões de carga e descarga		X

Quadro 1: Coleta e Análise dos dados das condições e dimensões do terreno e entorno urbano do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

A percepção do ambiente externo vinculada às condições do terreno e entorno urbano do AHMF, denota espaço com localização que apresenta riscos para a documentação acondicionada, por apresentar-se em área propícia à infestação de agentes físicos e biológicos devido à proximidade a vegetação arbórea, proximidades ao mar. Área que possui grande circulação de carros, ônibus e caminhões, há poluição, ruídos, oscilações e tremores, propensos à deterioração da estrutura do edifício.

A liberação de efluentes gasosos por veículos automotores e presença de poluentes químicos resultantes do tráfego intenso de veículos no entorno do AHMF, favorecem o desenvolvimento e a proliferação de microorganismos (fungos e bactérias) que ocasionam danos aos documentos no acervo, e à saúde dos colaboradores.

Esses poluentes quando combinados em local propício a variações de temperatura, umidade e salinidade acarretam reações químicas que danificam os documentos e desencadeiam o processo de deterioração. A cidade de Florianópolis situa-se no litoral catarinense em região de clima subtropical úmido, o que denota a preocupação em relação à localização e manutenção das condições específicas do Arquivo.

Aponta-se à dificuldade de acesso, ponto precário na projeção do espaço no Arquivo, quanto às condições de entrada e saída de caminhões para transferência dos documentos. Percebeu-se que a porta destinada para transferência se encontra localizada na parte lateral oeste do Arquivo, numa rua estreita com tráfego intenso, dificultando o processo.

O cenário na localização e entorno do AHMF, acarreta diversos fatores inoportunos do meio externo que afetam a preservação do acervo.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Estrutura de aço, tijolo ou pedra	X	
Armação de metal autoportante ou estrutura em concreto	X	
Resistência estrutural do edifício		X
Revestimento de maior espessura nas paredes		X
Presença de telas de proteção nas janelas		X
Largura das portas de entrada e saída de documentos		X
Tratamento de impermeabilização e isolamento térmico da cobertura e revestimento interno do acervo		X
Revestimentos isentos de formaldeídos e químicos poluentes; resistência ao fogo		X
Distribuição do sistema de tubulação de água e esgoto em locais estratégicos		X
Sinalização de válvulas de fechamento de água		X
Localização da chave geral de energia	X	
Distribuição dos cabos e sistema elétrico		X

Quadro 2: Coleta e análise de dados da categoria características físicas e estruturais do edifício do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

Na categoria características físicas e estruturais, dos 12 itens investigados, três se mostraram em conformidade com o referencial teórico abordado. O AHMF carece de resistência para suportar os esforços submetidos ao uso das estantes metálicas e móveis que comportam os documentos. O edifício apresenta deformações e rupturas em sua estrutura, visíveis nas rachaduras nas paredes, resultado das variações térmicas e extremos esforços de resistência ao peso das estantes do acervo. O revestimento das paredes, pisos e materiais de cobertura apresentaram características não aconselháveis à preservação.

Constatou-se que pisos são do tipo granito verde e as paredes são de Alvenaria, composta de blocos cerâmicos e gesso acartonado, revestidas de pintura acrílica na cor branca. Implicam em paredes finas e com dificuldade de resistência térmica.

Segundo Peralta (2006) a temperatura interna das edificações sofre constantes interferências, advindas do meio externo, às variações climáticas e intensidade de radiação solar, e, do meio interno devido à iluminação artificial e cargas térmicas. Neste âmbito as coberturas são fundamentais para a proteção da edificação contra intempéries climáticas.

A cobertura do edifício do AHMF é composta por telhas cerâmicas do tipo francesas e telhas de fibras de vidro translúcidas, que demonstram fragilidade em sua composição material, são quebradiças e não oferecem boa capacidade de isolamento térmico.

As janelas são desprovidas de telas ou persianas de proteção contra a entrada de poluentes, agentes biológicos e entrada de luz natural e calor. São revestidas por grades de proteção de ferro fundido, decorrentes da arquitetura construída para o Banco do Brasil.

Em relação à largura das portas, o AHMF possui a medida de 0,94 m nas salas de laboratório e recepção de documentos com saídas para o interior do corredor do prédio e largura de 0,86 m na sala de acervo, não apresentando conformidade com o apresentado no referencial teórico.

No que concerne à estrutura hidráulica do edifício, notou-se que não há sinalização de válvulas para fechamento de água e que as tubulações percorrem o interior do acervo trazendo riscos de vazamento. Destaca-se a instalação de equipamentos no sistema elétrico sem a adequação do quadro geral.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Utilização de aparelhos de medição e controle de temperatura e umidade relativa do ar	X	
Faixas de temperatura e umidade relativa são atendidas?		X
Níveis de luminosidade sob o acervo		X
Sistema de climatização próprio para as áreas destinadas à reserva técnica		X

Periodicidade na manutenção do Sistema de ar condicionado		X
---	--	---

Quadro 3: Coleta e Análise dos dados das condições climáticas e ambientais do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

O levantamento dos dados em relação às condições climáticas e ambientais revelou a realidade inadequada para a preservação no ambiente e interior do acervo.

A ausência do sistema de climatização independente para as áreas de depósito de documentos acarretam condições instáveis para a saúde humana e para os documentos acondicionados. O estado da temperatura e umidade no AHMF indica a necessidade de instalação e manutenção periódica do sistema de climatização visando ambiente adequado para a conservação e preservação dos documentos.

Os sistemas de condicionamento de ar protegem os acervos, mantendo as faixas de temperatura estáveis e propícias ao bom estado de preservação. O AHMF limita-se ao uso de aparelhos desumidificadores que amenizam a situação de umidade relativa do ar e temperatura do acervo.

No que concerne à incidência de luminosidade, o AHMF conta com a presença de luz artificial, lâmpadas incandescentes, que incidem nas salas de acondicionamento. Há intensidade de luz solar em pequena área da reserva técnica, concentrada por meio de feixes de luz provenientes das janelas que dividem o acervo à área da cozinha.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Sistemas de alarme e câmeras de segurança		X
Controle de Movimentação e pesquisa nos documentos	X	
Presença de portas corta-fogo		X
Detectores de fumaça e alarme de incêndio; extintores aparentes	X	
Corredores e escadas de emergência		X
Entradas bem iluminadas	X	

Quadro 4: Coleta e análise de dados da categoria Condições de Segurança do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

O AHMF, podemos observar no quadro 5, indicou a carência de sistemas de alarme contra furtos e câmeras de segurança.

Notou-se a presença de sistemas de detecção e alarme de incêndio, extintores e sinalização de abandono de local. Os sistemas de detecção de incêndio são compostos por acionadores do tipo detectores automáticos de fumaça sobrepostos contra o forro, com sinalização visual e sonora, denotando conformidade com o referencial teórico abordado.

O sistema de iluminação de emergência conta com oito blocos autônomos e

luminárias para sinalização ou abandono do local. Os blocos são compostos por difusor acrílico translúcido com inscrição em vinil na cor vermelha com o dizer: Saída e setas de sinalização indicativas.

O levantamento de dados revelou a ausência de portas corta-fogo no edifício. As portas existentes são de material de fácil combustão e propagação de incêndio.

O AHMF carece também da presença de corredores de emergência. Há apenas um corredor direcionando as saídas. Porém há presença de duas escadas as quais pertencem à estrutura do edifício que atendem às condições de resistência ao fogo, possuindo pisos antiderrapantes e incombustíveis. As escadas possuem estrutura de concreto armado resistente ao fogo por duas horas, guarda corpo em alvenaria com altura mínima de 1,10m e corrimãos contínuos em ambos os lados.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Área reservada	X	
Área privada		X
Áreas destinadas ao público		X
Acessibilidade		X
Recepção, protocolo, seleção, triagem, organização, higienização, tratamento técnico, conservação, restauração		X

Quadro 5: Coleta e análise de dados da Categoria Fluxo de Trabalho e Dependências do AHMF.

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Os dados coletados na categoria Fluxo de trabalho e dependências revelaram características que contrapõem os parâmetros apresentados na pesquisa.

O AHMF possui área reservada para depósitos de documentos e para trabalho técnico arquivístico, não são realizados procedimentos de restauração, encadernação, reprografia e recolhimento dos documentos advindos das secretarias do Município, devido à carência de materiais e gestão documental.

A área privada destinada às atividades administrativas do Arquivo não se apresenta em conformidade, pois, a sala destinada a reuniões e oficinas se encontra localizada no pavimento superior do edifício pertencente à Galeria Municipal de arte Pedro Paulo Vecchietti.

A área destinada ao público carece de sala de exposições e a biblioteca de apoio concentra-se na sala de acervo – área reservada.

Ressalta-se que a distribuição das dependências é base para que o edifício cumpra adequadamente com suas funções, propiciando o desenvolvimento dos fluxos de trabalho.

Aponta-se na edificação a precariedade de acessibilidade no AHMF, à entrada destinada aos usuários portadores de necessidades é a mesma entrada destinada à

recepção de documentos, por ser a única entrada com a presença de rampas.

6 | CONCLUSÕES

A produção científica na área de arquivologia como se observou nesta pesquisa, necessita de reflexões teóricas sobre arquitetura, porém com a criação da Câmara Técnica de Preservação de Documentos – grupo de Arquitetura do CONARQ (BRASIL, 2000) e campanha de criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania do CONARQ (BRASIL, 2014) há mudanças no cenário no Brasil. Estabelecer diálogo entre Arquivos e Arquitetura na elaboração de normas e metodologias é imprescindível para desenvolvimento de projetos arquitetônicos para arquivos.

O desenvolvimento do estudo possibilitou a compreensão sobre o impacto que as características arquitetônicas de edifícios de arquivo constituem sob a preservação do patrimônio arquivístico, por meio da análise do Edifício do AHMF.

As percepções dos ambientes externos/ internos do AHMF vinculada às condições físicas, estruturais de segurança em que se apresenta a edificação, revelaram o espaço que apresenta riscos à documentação acondicionada, à saúde dos colaboradores e seus pesquisadores.

O AHMF carece de resistência estrutural para suportar o peso das estantes, de materiais construtivos resistentes ao fogo, de elementos que garantam o desempenho térmico e energético no interior do acervo, de proteção contra intempéries climáticas, sistema de climatização independente e ininterrupto, de sistemas de alarme e segurança, e principalmente, da manutenção preventiva do edifício.

Construir edifício para abrigar documentos de arquivo é construir o registro da relação existente entre preservação documental e arquitetura, demonstrando a influência que esta última possui no campo da Arquivologia. Edificações especificamente planejadas para arquivos constituem reflexos de memórias edificadas, espaços que constituem história, identidade e cultura.

A relação entre a preservação documental e a arquitetura de edifícios de arquivo se torna evidente quando destacamos a capacidade de proteção que um edifício possui sobre os registros documentais, ao impedir a ação dos fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação.

A pesquisa não pretendeu esgotar o tema abordado, importante para arquivistas, arquitetos e engenheiros, mas demonstrar o valor da arquitetura no campo da arquivologia. A importância da arquitetura nos edifícios de arquivos está na sua peculiaridade de propor questões próprias e inovadoras para cada um desses profissionais, na atuação conjunta dos projetos específicos para arquivos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410**: instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/normas%20e%20relat%F3rios/NRs/nbr_5410.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626**: instalação predial de água fria. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<https://ecivilufes.files.wordpress.com/2013/06/nbr-05626-1998-instalac3a7c3a3o-predial-de-c3a1gua-fria.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160**: sistemas prediais de esgoto sanitário – projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://fauufrjatelierintegrado1.weebly.com/uploads/1/2/5/9/12591367/nbr_8160.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994. 40 ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 19 out. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei n° 4.491, de 14 de setembro de 1994, que cria o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e dá outras providências. **Portal Jusbrasil**. Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1000958/lei-4491-94>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei Ordinária n° 7.020, de 17 de abril de 2006, que denomina professor Oswaldo Rodrigues Cabral o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. **Portal Leis Municipais**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2006/702/7020/lei-ordinaria-n-7020-2006-denomina-professor-oswaldo-rodrigues-cabral-o-arquivo-historico-do-municipio-de-florianopolis?q=7.020>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- COLLADO LÓPEZ, Maria Luisa. **La Construcción de edificios para archivos**. Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos. Universitat Politècnica de València, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). **Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: Transparência e acesso à informação para o exercício da Cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994, 408 p.
- FARRELLY, Lorraine. **Fundamentos de arquitetura**. 2.ed. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600900>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Leslieux de mémoire**. I Republique, Paris, Gallimard. 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução: Yara AunKhoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 09 maio 2017.

PERALTA, Gizela. **Desempenho térmico de telhas:** análise de monitoramento e normalização específica. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração:Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-16042007-154420/pt-br.php>>. Acesso em: 11 maio 2017.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7 ed. Edições Loyola, 2013.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre a preservação na construção e reforma de bibliotecas:** planejamento para preservação. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/media/CPBA%2038%20Constr%20e%20Reformas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3



9 788572 470353